

Gestão rural e agência: um estudo dos orizicultores da região do Vale do Rio Pardo-RS

Ricardo Tatsch¹
Cidonea Machado Deponti²

Resumo

O presente artigo objetiva compreender a visão que os orizicultores possuem sobre gestão rural com base no conceito de agência. A pesquisa desenvolveu-se no contexto da região do Vale do Rio Pardo nos municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo. A abordagem teórica utilizada foi a Perspectiva Orientada ao Ator (POA). Essa perspectiva traz o olhar dos atores que vivem esse cotidiano e ali desenvolvem estratégias que permitem a sua sobrevivência no meio rural. Para coleta dos dados utilizou-se as técnicas de observação e entrevistas estruturadas. Para a análise dos dados apresenta-se um cruzamento de dados quantitativos obtidos através das entrevistas, buscando traçar o perfil geral dos produtores e de suas propriedades e análise das respostas com base nas categorias predeterminadas e na abordagem teórica. Como resultados da pesquisa destaca-se a forma como os agricultores desenvolvem seus saberes, lutam por autonomia, diferenciam-se uns dos outros e agem para transformar a realidade em que vivem. Observou-se que os orizicultores possuem um amplo conhecimento empírico sobre a gestão de suas propriedades, mas falta-lhes o conhecimento técnico, que pode ser um forte aliado em sua manutenção no meio rural. Concluiu-se, a partir dos dados levantados, a possibilidade de inter-relacionar o conceito de agência com o de gestão rural, ou seja, quanto maior a agência maior a capacidade de gerenciamento da propriedade rural.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, agricultura, capacidade de mudar

Abstract

The present article aims to understand the view that farmers have on rural management. The research was developed in the context of the Vale do Rio Pardo region in the municipalities of Candelária, Pantano Grande and Rio Pardo. The theoretical approach used was the Actor - Oriented Perspective (POA). This perspective brings the eyes of the actors who live this daily life and there they develop strategies that allow their survival in the rural environment. Data were collected using observation techniques and structured interviews. For the analysis of the data, a cross-section of quantitative data obtained through the interviews is presented, seeking to outline the general profile of the producers and their properties and analysis of the answers based on the predetermined categories and the theoretical approach. The results of the research highlight the way farmers develop their knowledge, struggle for autonomy, differentiate themselves from one another and act to transform the reality in which they live. It was concluded that the rice farmers have a broad empirical knowledge about the management of their properties, but lack the technical knowledge, which can be a strong ally in their maintenance in the rural environment.

Key words: rural development, agriculture, capacity to change

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC). ricardotatsch@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e Pós-doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). cidonea@unisc.br

1 Introdução

Esse artigo discute a gestão da produção de arroz no Vale do Rio Pardo sob a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), de Long (2001) e Ploeg (2008), e em especial sob a categoria de agência, de Giddens (2003). Essa perspectiva permite que o produtor rural seja visto como um membro ativo de seu próprio desenvolvimento, ou seja, não é um mero receptor de políticas públicas ou práticas extensionistas, ao contrário, é capaz de intervir, de fazer, de mudar, de desenvolver formas de gerir sua propriedade.

Esse trabalho é resultado da pesquisa realizada em 2018 com 14 produtores rurais dos municípios de Candelária, Rio Pardo e Pantano Grande, maiores produtoras de arroz do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Para coleta e análise dos dados foram utilizadas as técnicas de entrevista estruturada, observação e análise de conteúdo.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender de que forma são geridas as propriedades rurais desse setor produtivo, cujos custos de produção têm crescido com a intensificação da tecnologia e com a globalização, levando muitos produtores a adotar formas de controles de custos e técnicas de contabilidade. Também apresenta relevância, devido a constatação na literatura sobre o tema da dificuldade da utilização de controles econômicos e financeiros para gestão da propriedade pelos agricultores

O artigo se divide em cinco partes. Além dessa breve introdução, traz, no primeiro momento, a realidade da produção de arroz no Vale do Rio Pardo, contextualizando a região e o setor produtivo. A seguir, a POA é apresentada enquanto perspectiva teórica para discutir o conceito de agência e o de gestão rural. O quarto subtítulo apresenta os resultados da pesquisa, em especial no que se refere à categoria de agência, mas perpassando também as categorias de conhecimentos, heterogeneidade, autonomia e empoderamento. Ao final, apresentam-se algumas considerações, buscando demonstrar a necessidade de que as técnicas de gestão se adaptem às realidades dos produtores rurais.

2 A produção de arroz no Vale do Rio Pardo – RS

O arroz³ é cultivado em 162,62 milhões de hectares do planeta, com uma produção de 747,5 milhões de toneladas na safra 2017/2018 – 495,1 milhões de toneladas base beneficiado⁴ – (USDA/FAS, 2018), ficando atrás somente do milho e do trigo. No Brasil, maior produtor fora da Ásia, é produzido em vários estados, com uma grande concentração no Rio Grande do Sul, responsável por 70% da produção nacional, 8,47 milhões das 12,07 milhões de toneladas produzidas na safra 2017/2018 no país, em uma área de pouco mais de um milhão de hectares, correspondentes a 54% da área de cultivo nacional (CONAB, 2018). Na América do Sul, com um consumo médio de 29 quilogramas, o Brasil se destaca como maior consumidor, com média de 32 quilogramas por pessoa ao ano.

No Rio Grande do Sul o cultivo tomou maiores proporções, tornando-se responsável por 70% da produção nacional desse alimento. O valor bruto de produção do arroz é estimado em R\$ 7,4 bilhões, representando 3% do ICMS e 1,58% do PIB do Rio Grande do Sul. Atualmente o arroz é produzido em 129 municípios desse estado. Cerca de 232 mil pessoas vivem direta ou indiretamente da exploração dessa cultura. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 9.247 produtores cultivaram arroz no estado na safra 2016/2017. O setor agroindustrial do arroz também merece destaque, posto que quase 50% do arroz do país é beneficiado pelas 184 indústrias de beneficiamento do RS (SOSBAI, 2018).

A Região do Vale do Rio Pardo, objeto do estudo, está localizada na encosta do planalto meridional rio-grandense, formada por 23 municípios, compreendendo uma área de 13.172 km² com uma população de 434 mil habitantes, composta de descendentes de origem alemã ao norte e açoriana ao sul. Apresenta grande importância em nível estadual principalmente nas exportações, em 2010, a região foi responsável por 11,4% das exportações totais do Rio Grande do Sul, e responsável por 3,98% do Valor Agregado Bruto (VAB) do Estado (FEE, 2015).

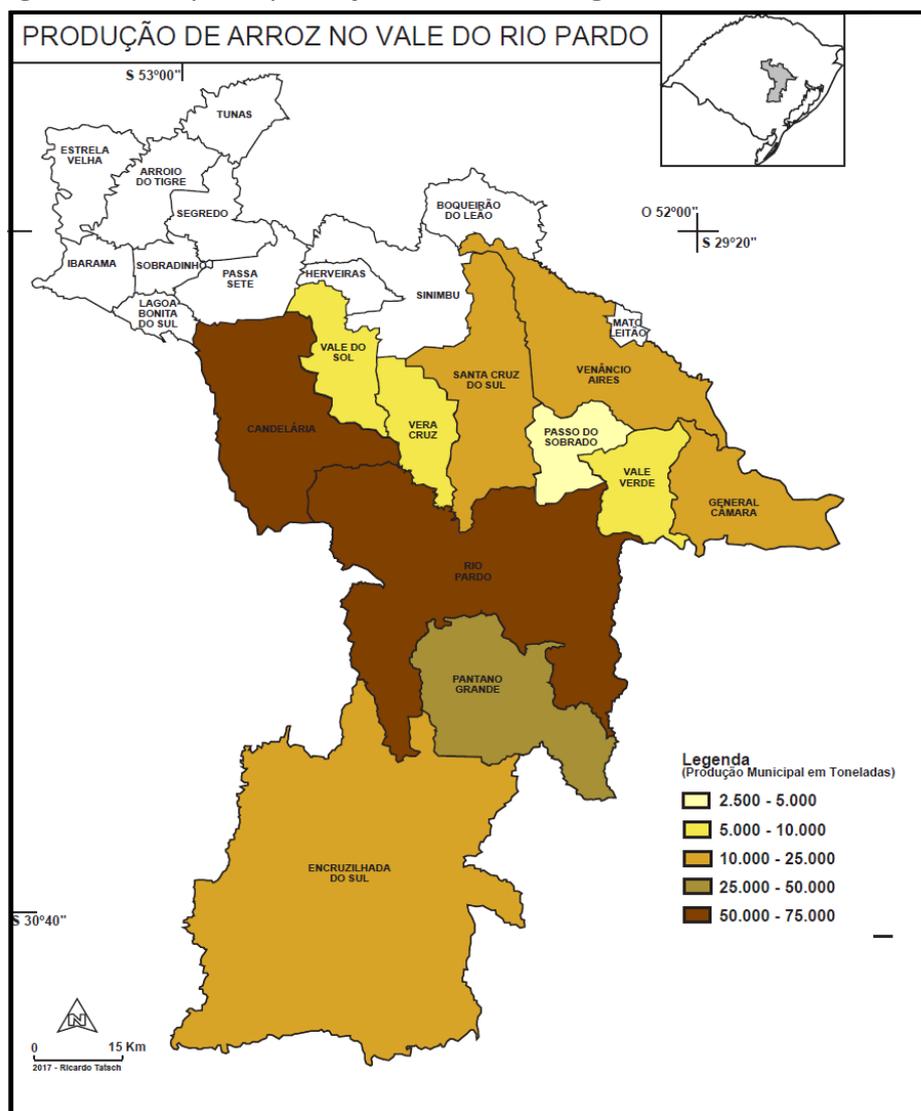
A produção de arroz se dá, conforme Figura 01, em 11 dos seus 23 municípios, abrangendo uma área de 32.709 hectares nesta última safra (2017/ 2018), 5,4% inferior ao

³ O arroz é uma gramínea anual hidrófila, adaptada ao ambiente aquático devido a presença de aerênquimas em seu colmo e raízes, que possibilita a passagem do ar para a rizosfera. Pode ser cultivado em áreas de várzeas, sendo irrigado por inundação controlada ou no sistema de sequeiro em terras altas. Com exceção do sul do Brasil, onde sempre predominou o cultivo de arroz irrigado em áreas de várzea, nas demais regiões do país esse é, até hoje, predominantemente sob o sistema de sequeiro (SOSBAI, 2018).

⁴ Base beneficiado é o arroz que foi submetido ao processo de beneficiamento e acha-se desprovido de sua casca. Pode ser classificado como integral, parboilizado, parboilizado integral e polido (MAPA, 2009).

registrado 10 anos atrás, quando somava 34.574 hectares. Os municípios de Candelária, Rio Pardo e Pantano Grande são os que detêm as maiores áreas com, respectivamente, 8.700, 8.500 e 4.600 hectares, representando 67% do total da área regional. Com uma produtividade média de 7.642 quilogramas por hectare, representando um acréscimo de 18,5% em 10 anos, a região produziu 250 mil toneladas do cereal na safra 2017/ 2018 (IRGA, 2018).

Figura 01 – Mapa da produção de arroz na Região do Vale do Rio Pardo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Irga (2017).

Apesar da importância da produção agrícola para a região, verifica-se uma lacuna no que se refere à rentabilidade e consequente manutenção destes produtores de arroz em sua atividade. Através de um simples cruzamento de informações realizado pelos autores e demonstrado na Tabela 01, utilizando os dados de produtividade média dos orizicultores do Rio

Grande do Sul, do custo de produção médio anual calculado pelo IRGA e de valores pagos aos produtores pela saca de arroz nas últimas dez safras – 2008/2009 até 2017/2018 –, chega-se ao resultado que os orizicultores obtiveram renda em apenas quatro destas últimas dez safras agrícolas. Nas demais seis safras, a sua produção não foi suficiente para cobrir os custos fixos e/ou, nem os custos variáveis, ficando com resultado negativo, causando endividamento, sucateamento do maquinário, redução na qualidade de vida e êxodo rural.

Tabela 01 – Rentabilidade da lavoura orizícola gaúcha

SAFRA	Custo		Preço Médio Anual Saca 50 kg (R\$)	Produtividade Média no RS (sc/ha)	Rentabilidade (R\$/ha)
	R\$/hectare	R\$/saca			
2008/2009	4.549,16	31,16	28,07	146,0	- 450,94
2009/2010	3.917,56	30,37	27,47	129,0	- 373,93
2010/2011	4.057,60	26,52	22,35	153,0	- 638,05
2011/2012	4.149,09	27,85	31,44	149,0	535,47
2012/2013	4.699,73	31,33	33,88	150,0	382,27
2013/2014	4.890,74	33,73	36,26	145,0	366,96
2014/2015	5.722,19	36,68	37,02	156,0	52,93
2015/2016	6.715,33	48,31	45,89	139,0	- 336,62
2016/2017	7.097,59	44,92	40,55	158,0	- 690,69
2017/2018	6.816,69	42,87	39,53	159,0	- 531,42

Fonte: Organizado pelos autores com base em dados do Irga, 2018.

Para uma maior aproximação com a realidade orizícola da Região do Vale do Rio Pardo e caracterização de seus produtores, serão aqui utilizados dados do Censo Orizícola realizado pelo Instituto Rio Grandense do Arroz na safra 2014-2015, trazendo informações dos municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo, que somavam naquela safra uma área de 22.536 hectares, 68% do total da Região.

Uma característica da lavoura arrozeira, que se perpetua ao longo da história, é o arrendamento de terras de grandes fazendas por produtores rurais, principalmente mais ao sul do VRP, onde prevalecem descendentes açorianos. Conforme a Tabela 02, Rio Pardo e Pantano Grande têm, respectivamente, 79% e 60% de seu cultivo em áreas arrendadas; já o município de Candelária, com predomínio de descendentes alemães, apresenta 45% das áreas arrendadas.

Outro ponto que se pode destacar nesta tabela é o percentual da área cultivada em rotação com culturas de soja, milho e pastagem, valor este que indica uma conscientização dos produtores sobre a necessidade de reconversão de áreas infestadas por arroz vermelho⁵ para uma produção sustentável, além de ser uma diversificação na renda da propriedade. Vale ressaltar, porém, que nem todas as áreas podem ser utilizadas com outros cultivos. O município de Candelária, com 19% da área com rotação de culturas, é caracterizado por áreas menores, planas, baixas e de difícil drenagem, dificultando a expansão de outras culturas. Rio Pardo, com 26% da área em rotação, possui áreas intermediárias, possibilitando outros cultivos. Já em Pantano Grande, que possui 60% da lavoura cultivada em rotação com outras culturas, predominam grandes extensões de áreas, com relevo menos plano e com menor probabilidade de inundações, facilitando a inserção de outras culturas nessas áreas de várzea.

Tabela 02 – Área total cultivada, arrendada, própria e cultivada com rotação de culturas (soja, milho e/ou pastagens) dos municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo Safra 2014/2015

Município	Área total (ha)	Arrendada (ha)	Arrendada (%)	Própria (ha)	Própria (%)	Rotação (ha)	Rotação (%)
Candelária	8.950	4.027	45	4.923	55	1.709	19
Pantano Grande	4.337	2.620	60	1.717	40	2.810	65
Rio Pardo	9.249	7.344	79	1.905	21	2.366	26
Total	22.536	13.991	62	8.545	38	6.885	31

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Irga (2015).

A Tabela 03 evidencia essas diferenças entre os municípios do VRP. No município de Candelária 75% dos produtores, 216 do total de 288, cultivam uma área menor que 50 hectares, representando 30% do total da área de arroz do município. Não existe ali nenhum produtor com área maior que 201 hectares. Para Rio Pardo, o número de produtores com área de até 50 hectares é de 47, quase 50%, porém já aparece um número maior de produtores com áreas superiores a 101 hectares. Já em Pantano Grande, essa realidade é bem diferente, 83 % dos produtores possuem área superior a 51 hectares, e 53% dos 4337 hectares de arroz do município são cultivados por apenas 9 produtores, que cultivam áreas superiores a 201 hectares.

⁵ O arroz-vermelho (*Oryza sativa L.*) é a principal planta daninha em lavouras de arroz. Possui características genéticas, morfológicas e bioquímicas semelhantes ao arroz cultivado, sendo, assim, de difícil controle. E é responsável por significativas reduções de produtividade e qualidade de grãos de arroz (SOSBAI, 2018).

Tabela 03 – Número de produtores e percentual da área cultivada (estratificados pelos tamanhos das lavouras)

Município	Número de produtores	Até 50 ha		51 a 100 ha		101 a 200 ha		Acima de 201 ha	
		N.º Prod.	%	N.º Prod.	%	N.º Prod.	%	N.º Prod.	%
Candelária	288	216	30,3	43	28,9	29	40,8	0	0
Pantano Grande	30	5	3,6	8	16,5	8	26,9	9	53
Rio Pardo	98	47	15,1	19	16,8	20	30,7	12	37,4
Total	416	268	18,9	70	21,5	57	34,0	21	25,5

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Irga (2015)

Um fator de grande importância para a sustentabilidade dos produtores de arroz é a sua produtividade. Com a Tabela 04 pode-se visualizar a distribuição dos produtores de acordo com sua produtividade. Não há uma relação direta entre o tamanho da área do produtor e sua produtividade; tem-se pequenos e grandes produtores de arroz com altas e baixas produtividades. Um dado a ressaltar é o percentual de orizicultores da região com produtividades inferiores à média do estado – de 7780 kg/ha na safra 2014/2015. Em Candelária e Rio Pardo, 68% e 59% dos produtores, respectivamente, colheram menos que 7.500 kg/ha; em Pantano Grande são 40% dos produtores nessa faixa de produtividade. Não cabe aqui entrar no mérito nem aprofundar sobre o motivo desses produtores terem essas baixas produtividades, porém, é um dado importante a ser considerado em estudos sobre o desenvolvimento e a subsistência da cadeia orizícola na Região.

Tabela 04 – Número de produtores e percentual da área cultivada por faixa de produtividade média

Município	Até 6500 kg/ha		6501 a 7500 kg/ha		7501 a 8500 kg/ha		Acima de 8501 kg/ha	
	N.º Prod.	%	N.º Prod.	%	N.º Prod.	%	N.º Prod.	%
Candelária	9	2,3	187	60,2	83	35,0	9	2,4
Pantano Grande	4	9,8	8	29,5	8	19,6	10	41,1
Rio Pardo	22	27,9	36	32,4	26	27,8	14	11,9
Total	35	14,3	231	42,9	117	29,1	33	13,7

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Irga (2015).

Os dados até aqui levantados falam da importância histórica que o arroz tem para o Rio Grande do Sul e das características desse cultivo no Vale do Rio Pardo, com destaque para as três

idades investigadas nesse estudo – Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo. Esses dados são importantes porque ajudam a contextualizar o ambiente vivido pelos produtores rurais e influenciam na forma como esses percebem a realidade que os cerca. Para investigar essa realidade e optou-se teoricamente pela Perspectiva Orientada ao Ator. Essa será apresentada na próxima seção.

3 Perspectiva orientada ao ator, agência e gestão rural

A POA foi desenvolvida por Long (2001) e Ploeg (2008) como uma alternativa para a investigação dos processos de intervenção para o desenvolvimento. Diferencia-se das perspectivas precedentes porque busca investigar como os produtores percebem o mundo que os cerca, colocando-os como protagonistas do seu desenvolvimento. Sem desconsiderar que esses sofrem pressões externas e são influenciados pelo seu contexto, busca compreender como eles oferecem resistências e criam alternativas às imposições. Como coloca Schmitt (2011, p. 89), encontra-se: “entre o esforço de reconhecimento da diversidade, multilinearidade e multidimensionalidade do desenvolvimento – acompanhada, frequentemente, de uma grande atenção para processos microsociais.” (SCHMITT, 2011, p. 89).

Para esse tipo de análise, a POA tem como vantagem o fato de que:

[...] ela parte de um interesse em explicar respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas. Portanto, se presume que os padrões diferenciais que emergem são, em parte, criados pelos próprios atores. Os atores sociais não são vistos simplesmente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informação e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas (LONG; PLOEG, 2011, p. 24).

Para compreensão dessas relações sociais, a POA utiliza-se do conceito de agência que está intimamente ligado ao de ação social. Essa trata do fato de que a ação é puramente individual, mas se dá em redes de relações entre humanos e não humanos (ALVES, 2008; BESSEN, 2016). Ela se dá na forma como são rotineiramente realizadas as atividades e também nas alterações dessas rotinas. Essas são limitadas por diversos fatores sociais, valores morais e relações de poder que não podem ser simplificados em categorias pré-concebidas (como classe ou etnia), mas devem ser vistas em suas especificidades (LONG, 2001).

Giddens (1984) expressa o conceito de agência, especialmente no livro *A constituição da sociedade* (2003), originalmente publicado em 1984. Nessa obra, o autor busca uma teoria que concilie as análises subjetivistas e as estruturalistas, que considere tanto a estrutura quanto a ação individual (daí o termo estrutura + ação = estruturação).

[...] não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que “agência” subentende poder [...]). “Agência” diz respeito aos eventos dos quais um indivíduo é perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido, a ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia (GIDDENS, 2003, p. 10-11).

Portanto, a capacidade de agência diz respeito à possibilidade que o indivíduo tem de modificar o curso dos eventos que o circundam. Essa capacidade pode ser fortemente limitada por questões econômicas, sociais, valores morais, restrições políticas, entre outros, mas, nem por isso, deixa de existir. Assim, ser “capaz de ‘atuar de outro modo’ significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas” (GIDDENS, 2003, p. 17).

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas (LONG; PLOEG, 2011, p. 25).

Como colocam os autores, ainda que a agência fale da capacidade individual de transformar o meio em que o produtor vive, ela é um atributo social. É fortemente influenciada pelo meio em que se desenvolve e causa transformações que ultrapassam a esfera pessoal, transformando o ambiente, ou seja, “acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas” (LONG; PLOEG, 2011, p. 26). Com isso, os atores lembram que a capacidade de agência, apesar de estar no indivíduo, depende também de um contexto social e de associações entre atores. Ou seja, “as estratégias e construções culturais aplicadas pelos indivíduos não surgem do nada, mas são sim retiradas de um estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais)” (LONG; PLOEG, 2011, p. 27).

Assim, acredita-se que para pensar a gestão rural é importante valorizar a capacidade que os atores têm de transformarem e ressignificarem a realidade que os envolve. A literatura sobre o tema afirma que a contabilidade e as técnicas de gestão são recursos que auxiliam na tomada de decisão dos produtores rurais. Para Callado et al. (2007), a contabilidade não deve se limitar a fatores financeiros, mas, sim, auxiliar nos processos administrativos e produtivos, facilitando escolhas que produzam o melhor resultado. Crepaldi (2006) afirma que se necessita de uma atualização dos meios de gerenciamento das empresas rurais para alcançar resultados de produção e de produtividade que garantam o sucesso do empreendimento. Através de tecnologias que permitam interligar criações, pode ser possível obter rendimentos adicionais, diluir custos e economizar insumos.

A interligação entre a literatura advinda da administração mostra que é necessário pensar o processo de gestão sob a perspectiva dos atores envolvidos, pois somente o controle de custos e a gestão econômica e financeira não garantem desenvolvimento rural. Entretanto, em uma sociedade capitalista, a sustentabilidade financeira também é importante para manter o produtor rural no campo, ampliando sua qualidade de vida. A gestão pode, inclusive, ser uma forma de empoderar os agricultores, ampliando seu olhar sobre as atividades agrícolas, incentivando o desenvolvimento de organizações rurais (BRANDÃO, 2011; FONTOURA; WITTIMANN, 2016).

Como foi visto, é importante que as iniciativas que pretendam o desenvolvimento rural tenham em mente o poder de resistência dos atores e a sua capacidade de empoderamento pelo desenvolvimento de atividades conjuntas. Como colocam Medeiros e Cazella (2016, p. 694): “As ações coletivas ou ‘ações organizadas’ não são fenômenos espontâneos, mas construções sociais cuja existência implica também em distintos problemas que envolvem suas condições de emergência e mesmo de continuidade”. Portanto, o desenvolvimento rural deve considerar que os “laços construídos entre distintos atores sociais se evidenciam como potencial ferramenta de redução de incertezas no enfrentamento de adversidades no campo”. (MEDEIROS; CAZELLA, 2016, p. 694).

Nesse sentido, a gestão rural pode se tornar mais uma estratégia e uma capacidade de empoderamento dos produtores rurais. Esses desenvolvem suas próprias formas de lidar com a realidade e com os problemas como eles se apresentam, mas, acredita-se, que a administração pode ser uma importante ferramenta para que eles possam desenvolver sua capacidade de ação. Como afirma Deponti (2010, p. 57):

[...] intervenções que se aproximariam do desenvolvimento rural e do empoderamento das comunidades são aquelas estratégias que priorizam os mecanismos de autogestão das populações locais e dependem da geração de processos de desenvolvimento que se mantenham de forma independente uma vez finalizada a intervenção, baseadas no protagonismo dos atores, na eficaz coordenação interinstitucional e na articulação com outros atores presentes no território. No final do processo de intervenção, a população local apropriar-se-ia das atividades, passando a desempenhar um papel de assessoramento e apoio às atividades, agora protagonizadas pelos agentes locais.

Para que esse tipo de interação seja possível, é preciso pensar o desenvolvimento juntamente com esses atores. É a partir do contato com seus conhecimentos e potenciais que é possível criar estratégias que os tornem os agentes de seu próprio desenvolvimento, construído a partir de suas próprias visões de mundo. Assim, tendo por base a Perspectiva Orientada ao Ator (LONG, 2001; LONG; PLOEG, 1994; 2011; PLOEG, 2008) e a noção de agência (GIDDENS, 2003), é possível pensar de que forma a gestão pode ser – ou não – uma ferramenta de sustentabilidade e empoderamento dos atores envolvidos na produção orizícola.

4 O perfil, as inter-relações entre agência e gestão rural e a percepção dos orizicultores pesquisados

Nesta seção serão discutidos os resultados da pesquisa, na primeira subseção será apresentado o perfil dos orizicultores apresentados e na segunda seção serão tratadas as inter-relações entre a agência e a gestão rural na percepção dos entrevistados.

4.1 De quem se está falando

Dos 14 orizicultores entrevistados, sete residem em Candelária, três em Pantano Grande e quatro em Rio Pardo, todos municípios do Vale do Rio Pardo selecionados pela expressiva produção de arroz. Desses, quatro possuem 60 anos ou mais; dois possuem entre 50 e 59 anos; quatro entre 40 e 49; dois entre 30 e 39; e dois entre 20 e 29 anos. Treze são do sexo masculino e uma das proprietárias é do sexo feminino; todos se autodeclararam brancos. Quanto à escolaridade, quatro não concluíram o ensino fundamental; dois concluíram esse; dois não concluíram o ensino médio; quatro o concluíram; um possui superior completo e uma possui pós-graduação. As mais baixas escolaridades aparecem especialmente – mas não exclusivamente – entre os produtores com 60 anos ou mais.

Os entrevistados possuem entre 15 e 48 anos de experiência no cultivo do arroz. Dois se dedicam exclusivamente a essa cultura, enquanto sete também se dedicam ao cultivo da soja, dois à pecuária e três trabalham com o arroz, a soja e a pecuária simultaneamente. Seis das propriedades possuem a mão de obra exclusivamente familiar, enquanto oito contam também com o trabalho terceirizado, variando entre um e dez trabalhadores contratados.

No que se refere a área de produção de arroz, metade dos entrevistados cultivam o cereal em uma área inferior a 50 hectares; um deles tem entre 51 e 100 hectares; cinco entrevistados se encontram na faixa entre 101 e 200 hectares; e apenas um com mais de 400 hectares. O enquadramento como pequeno, médio e grande produtor se dá de acordo com o faturamento bruto anual, sendo considerado pequeno produtor aquele que tem uma receita bruta anual de até R\$ 415 mil, médio produtor de R\$ 415 mil a R\$ 2 milhões, e grande produtor acima de R\$ 2 milhões (BACEN, 2018). Seguindo esta classificação, cinco entrevistados podem ser classificados como pequenos produtores; sete se enquadram como médios; e dois são considerados grandes produtores. O faturamento bruto anual total de cada entrevistado foi calculado pelo autor a partir das informações do tamanho da área de cultivo e produtividade média de cada cultura, multiplicados pelo preço médio de venda de cada produto.

Questionados sobre a produtividade de sua lavoura de arroz da safra 2017/2018 três dos entrevistados colheram entre 5 e 6 toneladas por hectare; dois fecharam entre 6 e 7 toneladas; e três ficaram entre 7 e 8 toneladas. Somados, esses totalizam oito entrevistados com produtividade abaixo da média do estado, que foi de 7.949 quilogramas por hectare (IRGA, 2018). Cinco entrevistados colheram entre 8 e 9 toneladas e um entrevistado fechou acima das 10 toneladas de arroz por hectare. A produtividade média dos 14 entrevistados ficou em 7.650 quilogramas por hectare, bem semelhante à produtividade média das lavouras de arroz da Região do Vale do Rio Pardo, que fechou em 7.642 quilogramas por hectare (IRGA, 2018). Essa é uma informação bastante relevante principalmente por se tratar de um número pequeno de entrevistados da Região.

Da mesma forma que se chegou à receita bruta anual das propriedades dos entrevistados – cruzando-se os dados de produtividade com o preço médio de venda do arroz – foi possível calcular o faturamento bruto que o cultivo de arroz gerou por hectare. Quatro dos entrevistados faturaram menos de R\$ 5 mil por hectare; outros quatro ficaram na faixa de R\$ 5 e R\$ 6 mil; dois entrevistados entre R\$ 6 e R\$ 7 mil; e quatro dos entrevistados ficaram acima dos R\$ 7 mil por hectare.

A base do custo médio de produção do arroz, calculado pelo IRGA, é de R\$ 5.513,42 em custos variáveis, mais 1.303,26 em custos fixos (depreciação e renda dos fatores), totalizando R\$ 6.816,69 de custo total de produção por hectare. Assim sendo, oito dos entrevistados não têm um faturamento bruto suficiente sequer para cobrir o valor dos custos variáveis, ficando com uma margem líquida negativa; dois conseguem cobrir os custos variáveis, mas não os fixos; e apenas quatro dos entrevistados faturaram mais que R\$ 6.816,69 por hectare – custos variáveis mais custos fixos – e obtiveram margem líquida positiva na operação (IRGA, 2018).

A rotação com outras culturas é uma realidade na vida dos orizicultores do Vale do Rio Pardo. Nos três Municípios estudados, 31% da área de arroz já é cultivada sob um sistema de rotação de culturas. São 65% em Pantano Grande, 26% em Rio Pardo e 19% em Candelária, representando uma forma de diversificação e aumento da renda dos produtores (IRGA, 2015). Contudo, para nove dos 14 entrevistados, a atividade orizícola continua sendo a responsável pelo maior percentual do faturamento bruto da propriedade. Para quatro entrevistados a soja representa o maior faturamento e para um entrevistado a maior receita vem da pecuária. Sobre a origem dos recursos para custeio da lavoura, oito entrevistados utilizam recursos de agências bancárias na modalidade de custeio agrícola e, para um deles, 100% do custeio da lavoura é feito com este recurso. Sete dos entrevistados recorrem a revendas de insumos para custear a lavoura e quitam esse débito no momento da colheita, normalmente com juros mais altos, sendo que, para dois deles, todo o recurso advém destas empresas. O custeio de 100% da lavoura com recursos próprios é feito por quatro dos entrevistados, outros cinco utilizam seu capital para custear um percentual da lavoura e os quatro demais não utilizam recursos próprios, dependendo exclusivamente de agências financeiras e empresas privadas para produzir. Em média, os 14 entrevistados utilizam recursos financeiros das agências bancárias para custear 35% da sua lavoura, 26% dos recursos são de empresas privadas com pagamento na colheita e, 39% do valor investido para produzir é de recursos próprios.

4.2 Saúde financeira, gestão rural e agência

Duas questões foram colocadas que envolvem uma compreensão mais subjetiva. A primeira fala da saúde financeira da propriedade, momento em que os entrevistados foram solicitados a quantificar essa dando uma nota de 01 a 10 (sendo 10 muito bom e 01 péssimo). A

segunda pediu o grau de satisfação do entrevistado no meio rural, também quantificado de 01 a 10). Os resultados encontrados podem ser verificados na tabela abaixo:

Tabela 05 – Saúde financeira e grau de satisfação com a vida no meio rural

		Entrevistado													
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14
Nota de 0 a 10 para:	Saúde Financeira	10	5	4	8	8	2	7	5	7	9	8	3	9	9
	Grau de Satisfação	10	5	3	8	5	3	4	7	4	9	7	2	7	8

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Essa tabela tem como objetivo demonstrar que é possível fazer uma associação entre a percepção da saúde financeira das propriedades e o grau de satisfação dos orizicultores. Com isso, não se tem o objetivo de afirmar que o bem estar é diretamente ligado à situação financeira, mas demonstrar que, de certa forma, há uma relação bem forte entre as notas da saúde financeira e da satisfação no meio rural.

A seguir, os orizicultores foram perguntados sobre questões relativas à gestão e à contabilidade. Em um primeiro momento, foi questionado se o produtor tem o conhecimento de algumas questões importantes para pensar a administração de uma propriedade, como a taxa de juros, formas de registro, de planejamento, melhor época para a venda. Sobre o conhecimento sobre a taxa de juros, quatro dos 14 entrevistados afirmaram não o possuir. Sobre o planejamento da comercialização da produção, também foram quatro os que afirmaram desconhecer o processo. Sobre a rentabilidade de cada produção, seis garantiram não possuir a informação e um alegou ter uma noção aproximada do valor. Sobre as formas de registros de custos e de gastos, foram seis os que afirmaram desconhecê-las. Quando questionados sobre seus conhecimentos em possíveis formas de analisar o desempenho da propriedade, nove dos 14 entrevistados afirmaram que não estão familiarizados com tais formas. E, por fim, quanto à avaliação da melhor época para a venda, cinco alegaram desconhecer a maneira de fazer essa avaliação.

No que se refere ao uso da contabilidade, foram feitas doze questões. A primeira – Faz anotações dos gastos? – teve seis respostas negativas e oito positivas; dos que responderam negativamente, dois afirmaram que as faziam, mas deixaram de fazer. Já a segunda questão – As anotações são organizadas em planilhas? – teve apenas uma resposta positiva. Sobre possuir

consultoria contratada, todos os entrevistados responderam negativamente. Os serviços de contabilidade, por sua vez, são utilizados por quatro dos 14 entrevistados. Sobre possuir um sistema de gestão financeira, apenas um respondeu positivamente; entretanto, dez dos orizicultores fazem alguma forma de planejamento ou previsão de gastos.

A seguir, os produtores foram perguntados sobre a prática de fazer registros específicos para os gastos para uso pessoal e para uso produtivo; somente três alegaram realizar essa separação. Sobre registrar separadamente para cada atividade produtiva, cinco afirmaram manter o controle de forma distinta. Ao serem questionados se consideram a depreciação do maquinário que se dá com o passar do tempo, nenhum respondeu afirmativamente. Já sobre comparar os preços dos insumos, apenas um afirmou não realizar tal prática. Então, os orizicultores responderam sobre a finalidade da realização de práticas de gestão que possuam, quaisquer que sejam. Nessa questão, o quesito Imposto de Renda apareceu em nove das respostas; outras afirmam ainda o controle financeiro e o controle de gastos. Por fim, foram questionados sobre a possibilidade de pagarem por um serviço de contabilidade, pergunta que obteve sete respostas positivas e sete negativas.

Como visto a seção anterior, a agência fala da capacidade do ator de transformar o ambiente em que vive, ainda que as circunstâncias estruturais sejam restritivas dessa ação (GIDDENS, 2003). A POA advoga que os produtores vivem situações em que lhes faltam recursos críticos, mas nem por isso devem ser vistos como receptores passivos de decisões tomadas por organizações ou pelo mercado. Mesmo envolvidos em rotinas produtivas, conseguem criar formas alternativas de buscarem conhecimentos e agirem no seu território (LONG; PLOEG, 2011).

A análise da capacidade de agência dos entrevistados demonstrou que cada produtor faz para mudar de alguma forma o ambiente em que ele vive. A agência não se refere somente à intenção de alterar o ambiente, mas também fala da capacidade de colocar em prática essa intenção. Trata-se da apropriação de um determinado poder que permite que transformem a realidade em que vivem (MEDEIROS; CAZELLA, 2016).

Como apresentado por Long (2001), a agência é limitada por fatores sociais, econômicos, morais e por relações de poder que são influenciados por questões como a classe social e a etnia, mas não podem ser restritivas a essas; devem ser vistas em suas especificidades. Para compreender essa capacidade de agência buscou-se aqui avaliar a questão da busca por conhecimento sobre a gestão, focando na iniciativa do produtor em encontrar informações em meios formais ou informais. Com base nisso, a capacidade de agência pode ser identificada na

busca, ou não, dos produtores rurais por conhecimento. Como coloca Giddens (2003, p. 11), a agência fala da capacidade de o agente mudar o curso dos eventos, ou seja, “o que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido”. Acredita-se que a busca por conhecimento é uma forma de buscar essa intervenção.

Vale ressaltar que essa busca é influenciada por muitos fatores sociais, econômicos, políticos e morais. Assim, ser “capaz de ‘atuar de outro modo’ significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas” (GIDDENS, 2003, p. 17). Para que haja a agência, é preciso que se dê um processo de reflexão crítica sobre o cotidiano, em ordem de transformá-lo. Como marcam González et al. (2014), os atores possuem a capacidade de entender o que, porque e quando fazem determinada ação.

Long e Ploeg (2011) enfatizam ainda que os atores agem em seu cotidiano porque estão sempre buscando alternativas e aprendendo com os atores ao seu redor. Portanto, essa análise que aqui se apresenta não busca apresentar a capacidade de agência plena ou total desses atores, mas especifica-se em questões identificadas nas entrevistas. Além disso, a capacidade de agência de um ator não é necessariamente correspondente à forma como se desenvolverão os eventos na sua vida. O resultado de suas ações depende de muitos fatores e de atores sociais, com “diferentes tipos de consequências involuntárias com ramificações variáveis” (LONG; PLOEG, 2011, p. 25). Como já afirmado, a agência não se desenvolve no vácuo, mas em um complexo universo com múltiplas possibilidades.

Dito isso, propôs-se analisar a forma como os atores buscam desenvolver a gestão rural. O primeiro dado identificado que se destaca trata-se da Entrevistada 13. Essa é graduada em Administração e pós-graduada em Economia Rural, demonstrando um conhecimento formal que se mostrou atípico na amostra investigada. A entrevistada firma ainda que buscou a pós-graduação com o objetivo de ampliar os seus conhecimentos na área rural e que as técnicas de gestão aplicadas foram desenvolvidas quando trabalhava em uma área não relacionada à produção rural. Portanto, vê-se uma gama de conhecimentos obtidos tanto no cotidiano quanto na busca formal por informações.

Os Entrevistados 07, 09, 10, 11 e 14 buscaram por iniciativa própria realizar cursos de gestão oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – ou pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR – oferecidos nos Sindicatos Rurais. Esse dado fala da importância da disponibilidade desses cursos promovidos por instituições e,

também, da capacidade desses agentes buscarem, por iniciativa própria, a ampliação dos seus conhecimentos na área de gestão.

Analisa-se ainda que esses (E13, E07, E09, E10, E11 e E14) possuem um grau de educação formal relativamente alto quando comparados ao restante da amostra. Apenas um deles completou somente o ensino fundamental, um não completou o ensino médio, dois o completaram, um tem ensino superior e um é pós-graduado. Considera-se aqui que a educação formal pode ser importante para a busca por outras fontes de informação e conhecimento formais. No que se trata da saúde financeira das suas propriedades (SFP), todos esses dão-lhe nota sete ou superior (considerando-se os valores de 01 como péssimo e 10 como muito bom). Quanto à satisfação no meio rural (SMR), três dos cinco apresentam nota sete ou superior e dois apresentam nota quatro no quesito.

Outros sete entrevistados (E02, E03, E04, E05, E06, E08, E12) responderam não ter havido nenhum tipo de intervenção que buscasse a melhoria da gestão rural, o que mostra que é importante que haja condições estruturais para o desenvolvimento da agência. O entrevistado 01 respondeu que foi convidado para fazer um curso de gestão, mas optou por não participar, o que mostra também a sua capacidade de agência, afinal, ele agiu e transformou o curso de eventos ao não negar tal oportunidade. Esse candidato destaca-se por ser o único com nota máxima tanto na SFP quanto na SMR.

Dos sete demais entrevistados demonstram, cinco avaliam com notas abaixo de sete a SFP e dois lhe dão nota 08. Já quanto à SMR, três lhe atribuem nota sete ou superior e quatro avaliam de forma negativa a sua experiência no cotidiano do meio rural. O três que avaliam de forma positiva a SFP e a SMR (E01, E04 e E05), apesar de não terem buscado treinamento específico na área da gestão rural, demonstram a busca por outras formas de conhecimento que acabam colaborando para o sucesso do empreendimento. Isso fica bastante explícito na fala do Entrevistado 01:

Eu sempre estou em busca de informações, participo sempre que posso de reuniões, roteiros técnicos e dias de campo. Também recebo todas as pessoas que chegam até minha propriedade e tento tirar informações, seja ele agrônomo, vendedor, até político, não importa, sempre vai ter algum conhecimento que eu vou poder aproveitar.

E no relato do Entrevistado 05: “eu sempre participei de encontros e reuniões técnicas que permitiram melhorar a minha produtividade, o que potencializou a minha receita”, que complementa: “não se pode pensar que sabe tudo. Se pensar que aquele sistema que

aprendemos, que veio de berço, é o correto, e fechar os olhos para as novidades, há grande chance de quebrar. Tem que ver o que está funcionando e levar para a propriedade”. Isso mostra que a capacidade de agência não se restringe à busca por conhecimento formal, mas se dá na troca de conhecimentos no cotidiano (OLIVEIRA, 2014) (E01) e na consciência reflexiva (GIDDENS, 2003) sobre a importância da informação no meio rural (E05).

Retrato da importância desta busca por conhecimento visualiza-se também na Questão 2.3.7, que trata de como é feita a gestão da propriedade. Observa-se que os entrevistados (E03, E06, E08, E12), que se encontram em situação financeira ruim, também declaram não ter havido intervenção que ampliasse seus conhecimentos e tampouco busca por informações de outras fontes. Eles também compartilham um baixo grau de escolaridade formal (apenas E08 concluiu o ensino fundamental) e formam o conjunto de entrevistados com idade mais avançada – à exceção de E08, que tem 40 anos de idade, todos os demais possuem 60 anos ou mais.

O Entrevistado 03 respondeu à essa questão – sobre a gestão, afirmando: “minhas decisões são tomadas sem análise, e sim no conhecimento prático e no histórico de outras safras”. O Entrevistado 06 diz: “eu vejo quanto dinheiro eu consigo e vou comprando os insumos para fazer a lavoura, vou meio a rumo”. Na resposta do Entrevistado 08, único dos cinco com nota alta para SMR, vê-se: “Eu faço a gestão pela minha vivência e com conhecimentos passados pelo meu pai. Vou gerindo de acordo com o que eu acho que é certo, não tenho embasamento para fazer”. E o Entrevistado 12 declara: “Eu faço pelo que tenho na minha mente, pego um pouco do histórico de anos anteriores e vou pelo meu conhecimento prático”.

Essas respostas são importantes porque mostram que apesar de não possuírem um conhecimento formal sobre a gestão, de alguma forma esses atores exercem a agência nesse quesito, posto que tomam as decisões que afetam o seu cotidiano (GIDDENS, 2003). Apesar disso, essas decisões não têm levado os produtores a uma melhoria na saúde financeira de suas propriedades ou à sua satisfação no campo (com exceção do E08, os demais correspondem às menores notas nesse quesito).

Fato relevante, que deve ser levado em consideração, é a disponibilidade de tempo para fazer a contabilidade da propriedade, controlar os gastos e fazer a gestão do negócio. Dois entrevistados, que afirmaram fazer a gestão do negócio (E04 e E13); ambos se encontram estabilizados financeiramente, com notas oito e nove para este quesito; e notas oito e sete para SMR. Em seus relatos, ambos atribuem a sua capacidade de fazer uma boa gestão ao fato de possuírem disponibilidade de tempo para isto. O Entrevistado 04 afirma: “Um detalhe

importante é que estamos em dois, eu e meu pai. Assim conseguimos atender a lavoura, fazer um controle de gastos e conseguimos gerir melhor a lavoura. Um pode cuidar dessa parte enquanto o outro está junto com os funcionários”.

Portanto, a possibilidade de dividir as tarefas com outro membro da família é importante para que haja tempo para a capacidade de agência no que se trata da gestão. Já a Entrevistada 13, por não se envolver diretamente no trabalho cotidiano da propriedade, pode desenvolver essa capacidade:

Uma questão fundamental, e um grande problema que eu vejo para a maioria dos produtores, é que eles não têm tempo para fazer a contabilidade e gestão. Como eu não faço a parte do trabalho braçal, tenho tempo para olhar o negócio de fora, fazer a contabilidade e gestão da propriedade, acompanhar o mercado e fazer negócios melhores.

Corroborando isso o fato de outros produtores afirmarem não ter tempo ou não considerar a gestão e a contabilidade importantes. Quando questionados sobre quais dos itens (produtividade, acertar na venda, gestão, tecnologia e informação) são mais importantes para a sustentabilidade do seu negócio – apenas dois colocaram a gestão em primeiro lugar; dois a consideraram como segundo fator mais importante. Porém, nove dos catorze entrevistados consideraram ser a produtividade o principal fator para a continuidade do seu negócio.

Considera-se aqui, portanto, que o envolvimento direto no cotidiano braçal do trabalho no meio rural é um limitador da agência no quesito gestão, fazendo com que outros fatores – como a produtividade – tornem-se mais importantes. Não é possível afirmar, com isso, que a produtividade ou a gestão tenham importâncias inferiores ou superiores uma à outra, apenas que os produtores não consideram, em termos gerais, a importância da gestão.

Como visto, a capacidade dos agentes no quesito gestão aparece influenciada por inúmeros fatores – a idade, a escolaridade, às disponibilidades institucionais (como cursos disponibilizados), o grau de envolvimento no trabalho braçal e, também, à busca dos atores por maiores informações na área.

5 Considerações finais

A partir da Perspectiva Orientada ao Ator (LONG, 2001; PLOEG, 2008; LONG; PLOEG, 2011) essa pesquisa buscou demonstrar a forma como a gestão rural é ou não incorporada às práticas cotidianas no meio rural. Assim, apresentou-se primeiramente uma contextualização do Vale do

Rio Pardo, em especial os municípios de Candelária, Rio Pardo e Pantano Grande, alvos da investigação. Verificou-se que a produção de arroz tem grande importância nessas localidades e as transformações pelas quais essa tem passado fazem com que os produtores tenham, cada vez mais, que incorporar formas de controle de gastos para garantir a sua produtividade.

A POA foi adotada justamente porque ela permite que sejam captadas as percepções dos orizicultores, respeitando que, ainda que não sejam utilizados controles financeiros e técnicas contábeis específicas para gestão, essa se faz presente. A heterogeneidade do grupo investigado – 14 produtores – mostra que existem formas diversas de agir no meio rural. O conceito de agência, por sua vez, destaca a capacidade que os produtores têm de transformarem as suas realidades, não sendo meros receptáculos de políticas públicas, mas verdadeiros agentes de seu próprio desenvolvimento.

A pesquisa mostrou ainda que essa heterogeneidade deve ser considerada em qualquer projeto que busque ampliar a produtividade e a lucratividade no meio rural. Trouxe ainda uma visível ligação entre a saúde financeira e a satisfação do produtor com o meio rural. Por isso, considera-se importante investir na disseminação de conhecimentos relativos à gestão rural. Esse conhecimento, no entanto, não pode desconsiderar o fato de que os produtores possuem um saber e um fazer que permite – de uma forma ou de outra – a sua sustentabilidade no meio rural, mesmo que não diretamente relacionados à utilização de controles econômicos e financeiros.

Referências

ALVES, A. F. *Do desenho a implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná)*. 2008. 234, p. Tese. UFSC. Florianópolis. 2008.

BACEN – Banco Central do Brasil. *Resolução nº 4.666*. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50605/Res_4666_v1_O.pdf. Acesso em: 14/12/2018.

BESSEN, F. G. *Políticas públicas para a agricultura familiar no município de Entre Rios do Oeste: uma análise a partir da teoria ator orientado*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade do Oeste do Paraná), 124 p. Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2016.

BRANDÃO, Carlos. *Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais*. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha et al. *Custos no processo de tomada de decisão em empresas rurais*. 2007. Disponível em: <http://www.sebrae.gov.br/bibliotecaonline>. Acesso em: 19/04/2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade rural: uma abordagem decisória*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DEPONTI, C. M. *As agruras da gestão da propriedade rural pela Agricultura Familiar*. Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.

_____. *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2010.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. *Perfil Sócio Econômico COREDE Vale do Rio Pardo*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>. Acesso em: 15/04/2017.

FONTOURA, F. B. B.; WITTMANN, M. L. *Organizações e Desenvolvimento: Reflexões epistemológicas*. Estudos do CEPE, v. 43, p. 30, 2016.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GONZÁLEZ, S. R. et al. *A perspectiva orientada para o ator em estudos de Desenvolvimento rural*. Perspectivas rurales, Nueva época, año 13, n. 25, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Brasília, 2018. Acesso em: 21/10/2018.

IRGA – Instituto Riograndense do Arroz. *Custo de produção médio ponderado do arroz irrigado do Rio Grande do Sul safra 2017/2018*. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://stirga2018-admin.hml.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/18160831-custo-1-20180115091236custo-2017-18.pdf>. Acesso em: 14/12/2018.

_____. *Relatório do Censo Orizícola - Safra 2014/2015*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://irga.rs.gov.br/safra-2>>. Acesso em: 19/08/2018.

LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London and New York: Routledge, 2001.

_____; PLOEG, J.D. *Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura*. In: SCHEIDER, S; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural – perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

_____; _____. *Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure*. In BOOTH, D. (org) **Rethinking social development: theory, research and practice**. Essex: Longman Scientific and Technical. 1994

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução normativa 6/2009*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1687046295>. Acesso em: 23/12/2018.

MEDEIROS, M.; CAZELLA, A. A. *Mudanças tecnológicas em campo: do surgimento de um novo código sociotécnico à concepção de processos desviantes de desenvolvimento rural*. Desenvolvimento e meio ambiente, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, vol. 38, ago. 2016.

OLIVEIRA, Daniela. *Produção de conhecimento e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica do Ipê e Antonio Prado/RS*. Tese (Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2014.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2008.

SCHMITT, C. *Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional*. Sociologias, Porto Alegre, 13 (27): 82-112, mai./ago. 2011.

SOSBAI – Sociedade Sul Brasileira de Arroz Irrigado. *Arroz irrigado: recomendações técnicas para o sul do Brasil*. Cachoeirinha, 2018.

USDA – FAS. *World Agricultural Production*. USA, 2018. Disponível em:

<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/production.pdf>. Acesso em: 05/12/2018.